

## **ATA DA 8ª REUNIÃO VIRTUAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - CONSEA-Rio, GESTÃO 2018/2020.**

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte, às 16h30 em reunião virtual através do aplicativo ZOOM Meeting, o CONSEA-Rio iniciou sua oitava reunião virtual extraordinária para atualização de informações diante da pandemia do COVID-19 e realizar algumas deliberações

**ORDEM DE TRABALHO:** 1) Informes; 2) Ofícios enviados e respostas; 3) Adesão ao SISAN de 50 municípios e 6 Estados; 4) Live/Encontro SESC/VISA e indicações de Ana Paula (Ação da Cidadania) pra tratar da Lei de distribuição de sobras de alimentos dos restaurantes; 5) PL Circuito Carioca de Feiras Orgânicas; 6) Relatório de Gestão – Contribuições; 7) CONAB e PAA; 8) Respostas preliminares aos formulários da ouvidoria da Defensoria Pública; 9) Eleição Virtual; 10) Assuntos Gerais. Estavam presentes na reunião os/as Conselheiros/as que formam a comissão eleitoral: Conselheira Titular Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ); Conselheira Titular Izabel Cristina da S. Joia (CRN-4ª região), Conselheiro Titular Adolfo Breder (AST); Conselheira Titular Elizabete Cristina Ribeiro da S. Jardins (Rede Ecológica) além dos/as Conselheira Titular Angelita dos Santos Nascimento (UNEGRO); Conselheira Titular Ana Paula Pinto de Souza (Ação da Cidadania); Conselheiro Titular José Leonel C. D. Rocha Lima (AEARJ); Conselheiro Suplente Cláudio Alexandre A. Santana (SMAC); Conselheira Suplente Jurema Batista (SMASDH); Conselheira Titular Margarete Carvalho Teixeira (UNACOOOP); Conselheira Suplente Karime Cáder. R. Queiroz (SESC); Conselheira Suplente Naja da Silva Reis (SMS/SUBPAV); Conselheiro Titular Almir Filho (SMDEI/CMDR); Assistente Social Adriano Henrique F. Rodrigues, além dos convidados: Doralice Batista das Neves Ramos (Aliança para Alimentação Adequada e Saudável); Rodica Weitzman (Rede Ecológica); Elizabeth Dias; Valdirene Militão (FIOCRUZ); Renan Rodrigues (CPDA); Maria Birman; Célia Petrarca (Instituto Nutes); Eduardo Nascimento e Aline Abreu (SMDEI); Rodrigo Nascimento Barroso (AGROVERDE); Gustavo Cireli (CONAB); Jorge Cruz (Associação Amigos do Barata).

**7. – CONAB e PAA.** – A presidente inicia a reunião faz um inversão de pauta e passa a palavra ao representante da CONAB, Sr. Gustavo Cireli, que apresenta o PAA da CONAB. Informa que trabalha apenas com pessoas jurídicas e um limite de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) por agricultor. Afirma que em 2020 houve um aumento nas verbas do programa, tendo em vista que no ano de 2019 o programa teve um aporte pequeno de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e que não atendeu a todos os projetos, também houve o não atendimento por alguns dos critérios não cumpridos. Este ano, devido ao momento e pandemia houve aumento dos recursos e ainda tivemos duas emendas parlamentares neste feito o recurso chegou a R\$ 4.068.000,00 (Quatro milhões e sessenta e oito mil reais). Pontua que um dos requisitos para execução do programa é a ciência do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município em que se encontra a entidade recebedora dos alimentos. Apresenta uma planilha com informação das etapas mencionadas acima do PAA. Neste, podemos verificar que a maioria das unidades recebedoras são do Rio de Janeiro deste primeiro grupo cooperativas/entidades que tiveram propostas já aprovadas e um segundo grupo que passa por um *ranking* onde estão aguardando análise dos critérios, como por exemplo inscrição no cadastro único, presença/percentual de mulheres nas instituições, presença de pessoas de comunidades tradicionais etc. Relata que o volume de recursos disponíveis não cobrem todas as propostas apresentadas, a demanda está com excedente de aproximadamente um milhão, estamos aguardando a análise de documentação na expectativa de aprovação de todas, todavia, há a possibilidade de uma redistribuição considerando que algum

estado da federação não execute integralmente os recursos disponibilizados, até o final do ano. Informa que devido a urgência no início do programa em 2020 por conta da pandemia do COVID-19 as entidades que já tinham projeto aprovado foram as primeiras a serem contempladas e já iniciaram as entregas. As propostas apresentam detalhamento de produtos e quantidades e o representante da CONAB enfatiza a importância, não só da ciência por parte do Consea-Rio destas propostas de execução, como um acompanhamento sistemático da execução do programa. A presidente Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) defende a participação mais efetiva do Consea-Rio neste processo inclusive com a possibilidade de avaliar os impactos para a SAN nestes territórios e indaga ao representante da CONAB sobre os motivos do aumento de recursos em 2020 ao que o representante respondeu que este fato se deveu às grandes perdas de produção no início da pandemia. O representante da CONAB reforça que a diversificação nas formas de divulgação do PAA é fundamental, posto que as estratégias através de reuniões virtuais, *lives* e encontros remotos, aumentaram a capilaridade de conhecimento do PAA no Estado. Apresentou também um modelo de relatório de ciência realizado por outro conselho, como exemplo do que eles têm recebido. Comprometeu-se a debater junto ao conselho sobre as melhores formas e estratégias de acompanhamento de desenvolvimento do programa. O representante da AGROVERDE (entidade fornecedora) Sr. Rodrigo Nascimento Barroso, apresentou projeto PAA da cooperativa e informa que do número de seus associados, 40 famílias de agricultores familiares estão sendo apoiadas no mesmo, com presença de agricultores do Rio de Janeiro, sendo a maioria de Guapimirim e o total do valor nesta proposta é de R\$ 319.000,00 (Trezentos e dezenove mil reais), a sede da cooperativa fica no bairro de Colégio/RJ e informa que teve conhecimento sobre o PAA recentemente, através da UNACOOOP e vem contando com auxílio da CONAB e EMATER nos esclarecimentos sobre participação. A cooperativa já vem atuando no fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a Força Aérea Brasileira, tentou participar da chamada pública para o PNAE no Rio de Janeiro, mas não houve tempo hábil para realização da visita técnica da vigilância sanitária, à época. O convidado Jorge Cruz (Associação Amigos do Barata) que é uma instituição recebedora do PAA de produtos de cooperativa de agricultores de Duque de Caxias gostaria de também poder contar com o apoio do Consea Rio para cumprir sua documentação. A Associação está apta a ser recebedora dos alimentos oriundos do programa e informou que a sede da entidade fica no município do Rio de Janeiro, no bairro de Realengo. Foi informado que a entidade precisa ser cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social e no SICAM e o Sr. Jorge informou que já está cadastrado. O conselheiro Adolfo Breder (AST) aponta para o reforço ao papel de órgão de controle social do conselho e da necessidade de aprimorar suas estratégias de monitoramento e acompanhamento das ações, sugerindo uma discussão mais aprofundada sobre o assunto. O conselheiro José Leonel C. D. Rocha Lima (AEARJ) faz um breve histórico da situação do Rio de Janeiro, que teve perda de recursos em anos anteriores e não cumprimento de algumas metas e passa recentemente por um crescimento, mas ainda não tão expressivo em comparação a outras regiões. Defende que é preciso que se faça um registro minucioso de todas as ações desenvolvidas pelo estado e município, como acompanhamento de entregas, relatórios, registros fotográficos, facilitando assim a organização das informações, o que poderia facilitar futuras captações de recursos federais. Sugere ainda uma articulação maior do conselho com parlamentares que mantenham uma interlocução com a temática de SAN visando o direcionamento de emendas parlamentares e aduz ser importante o trabalho de planejamento da

produção. Após a apresentação do projeto, todas as informações repassadas e todas as dúvidas sanadas, encaminhamos um extrato de ata com a ciência e aceite por parte do Consea-Rio dos PAAs em questão, o conselho também fará o acompanhamento do projeto. **2. - Ofícios enviados e respostas.** – A Secretaria executiva do Consea-Rio informa sobre o retorno aos ofícios encaminhados à SME e ao INAD. Obtivemos retorno do ofício, por parte das duas instituições citadas, no que diz respeito ao composto “Lac Tozzo” que teria sido disponibilizado aos estudantes através de cestas e kits de alimentação. O INAD informou que solicitou da SME a compra de leite integral e não o composto acima mencionado e também cobrou explicações da Secretaria. Já a SME informa que a empresa fornecedora de alimentos introduziu este produto na cesta de alimentos sem a anuência e conhecimento da Secretaria e que após a identificação da situação a SME deliberou pela imediata retirada do produto das cestas em conjunto com a empresa fornecedora. Quanto ao ofício questionando a SME sobre qual a logística e planejamento da pasta para garantir a universalização de acesso dos estudantes à alimentação escolar, ainda não obtivemos resposta. A conselheira Margarete Carvalho Teixeira (UNACOO) aponta que fica claro que a SME não está atendendo aos critérios de compra da agricultura familiar, posto que a modalidade de compra atual está privilegiando grandes empresas do ramo varejista e as cooperativas com contrato assinado com a SME não estão sendo acionadas e avalia a possibilidade de uma intervenção judicial para que se cumpram os contratos assinados. A conselheira Angelita dos Santos Nascimento (UNEGRO) questiona a idoneidade da empresa que forneceu este produto, posto haver um histórico de irregularidades no passado recente. A conselheira Naja da Silva Reis (SMS/SUBPAV) percebe que o setor e a equipe técnica da Nutrição vem sendo paulatinamente desvalorizada e alijada dos processos decisórios, passando por uma reestruturação e desmantelamento de uma estrutura que havia anteriormente. Critica também a não universalidade no acesso à alimentação, bem como a não priorização da agricultura familiar. Avalia que a pauta de SAN vem sendo desvalorizada no município do Rio de Janeiro nos últimos anos. A conselheira Susana Moreira Padrão (Instituto de Nutrição/UERJ) avalia que todo esse movimento da SME é orientado para postergar o atendimento universal aos estudantes da rede pública de ensino e cabe ao Consea-Rio continuar cobrando e pressionando por respostas. Registra que o município do Rio de Janeiro nunca comprou da agricultura familiar mais que 8% a 10% dos 30% que é o percentual mínimo. Outros conselheiros e participantes apontaram também que os kits tinham produtos fora da validade e estragados, assim reforça-se o canal de denúncias que é o formulário da ouvidoria para denúncias sobre este assunto, que mais uma vez foi divulgado. A conselheira Izabel Cristina da S. Joia (CRN-4ª região) corrobora com todas as afirmações, mas aponta para a necessidade de o Consea-Rio ser estratégico em seus encaminhamentos e repostas à SME e sugere que o caminho de intervenção junto à SME seja via parlamentares do legislativo. Como encaminhamento: Amanhã haverá uma reunião da Frente Parlamentar de SAN, CAE e outros movimentos sociais e pautar a discussão neste fórum, além de reiterar cobrança à SME sobre o ofício não respondido e reiterar que o Consea-Rio gostaria de ter informações atualizadas periodicamente e acompanhar este processo. Aprofundar análise de documentos do TJSP (encaminhados pela Conselheira Ana Paula Pinto – Ação da Cidadania) que obrigaram aquela capital a apresentar um plano de atendimento universal aos estudantes da rede pública de ensino e verificar sua aplicabilidade no Rio de Janeiro. **3 - Adesão ao SISAN de 50 municípios e 6 Estados.** – A presidente do Consea-Rio informa que recebemos esta informação da CAISAN e mostra um

fortalecimento do sistema, com esta ampliação nos últimos meses. **4. - Live/Encontro SESC/VISA e indicações de Ana Paula (Ação da Cidadania) pra tratar da Lei de distribuição de sobras de alimentos dos restaurantes.** – As conselheiras responsáveis por tratar deste ponto já não estavam mais na reunião neste momento e a pauta foi transferida para a próxima reunião. **5. - PL Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.** – O PL foi protocolado na CMRJ e seguirá os trâmites legislativos, o Subsecretário de Desenvolvimento da SMEDI, Sr. Eduardo Nascimento, traz a informação de que o GT está realizando reuniões e avançando na discussão sobre a formatação e revisão legal dos documentos estruturadores do Circuito, estão fazendo levantamentos estatísticos, parceria com a COMLURB para garantir as “Regras de Ouro” das feiras, veiculando peças publicitárias nas mídias diversas convidando o público para frequentar as feiras. Alega que o PL passará por 7 comissões e também já seguiu para a SUBALP para pronunciamento. Que o cadastro de agricultores está vigente e as necessidades das certificações em sua diferentes modalidades continuam. **6. - Relatório de Gestão – Contribuições** – A Secretaria Executiva informa que recebeu algumas contribuições de conselheiras que já foram aduzidas ao relatório original e repostadas para o conjunto de conselheiros para que continuem contribuindo. Estamos na terceira versão preliminar do relatório até o momento e serão atualizadas a todo momento. A presidente lembra que a participação de outros conselheiros em fóruns diversos, como representantes do Consea-Rio sejam informadas para que constem no relatório. **8. - Respostas preliminares aos formulários da ouvidoria da Defensoria Pública.** – O fato de a Defensoria Pública já estar publicizando estes dados já confere veracidade às denúncias que vêm sendo feitas e de que o conselho vem tendo conhecimento. Isto fortalece e respalda as movimentações futuras do Consea-Rio, enquanto isso seguimos na divulgação do canal de denúncias. Obtivemos a informação de que o município está providenciando a reabertura das cozinhas das escolas para preparação das refeições com as merendeiras, mas há uma divergência do SEPE com relação a este encaminhamento. Esta mudança rotineira nos encaminhamentos da prefeitura e da SME demonstra que não há um planejamento claro para a solução desta questão. **9. - Eleição Virtual.** – Houve uma consulta a todas as instituições candidatas ao pleito 2020/2022 sobre se teriam condições operacionais estruturais e tecnológicas e se estariam dispostas a participar de uma eleição de forma virtual. Foram feitos também contatos telefônicos e por e-mail. Das 14 instituições consultadas, até o momento apenas 4 responderam e de forma positiva. Há ainda a necessidade de modificação do edital eleitoral, caso essa proposta seja aprovada por todos. O conselho tem realizado consultas ao Consea estadual e outras instâncias de controle sobre qualquer impedimento legal sobre esta ação. É preciso que tenhamos 100% de aceitação da proposta para que ela seja exequível. Como encaminhamento: Seguiremos tentando contato e retorno das instituições sobre esta possibilidade durante a próxima semana, contando com o reforço dos conselheiros para acionar as instituições, fazer contato e obter as respostas necessárias. Paralelamente a comissão se debruçará no edital eleitoral para adequações a uma eleição de forma remota. Nossa próxima reunião virtual será no dia 11 de agosto às 16h30. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião às 19h15. Eu, Adriano Henrique Ferreira Rodrigues – Assistente Social, lavrei a presente ata, contando com recurso de áudio e anuência de todos os participantes listados acima para gravação e divulgação de conteúdo, que vai assinada por mim e pela Presidente Susana Moreira Padrão, com a aprovação dos conselheiros presentes e convidados permanentes. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2020. Adriano Henrique Ferreira Rodrigues. Susana Moreira Padrão. Presidente do CONSEA-Rio.

